

**OBJETIVO: ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE**

**DATA: 06/05/2025**

**LOCAL: CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DE GOIÁS**

001 Aos seis dias do mês de maio de dois mil e vinte e cinco, no auditório do Conselho Estadual e Saúde de  
002 Goiás, situado na Avenida República do Líbano nº 1875 – Edifício Vera Lúcia, 7º andar – Setor Oeste,  
003 nesta capital, dá-se o início às 08:56 h (oito horas e cinquenta e seis minutos) **à Quinta Reunião**  
004 **Ordinária do ano de dois mil e vinte e cinco** do CES/GO, para apreciação e deliberação das seguintes  
005 pautas: **ITEM 1** - (09h45min): Aprovação das Atas da 1ª e 2ª Reunião Ordinária; 1ª Reunião  
006 Extraordinária de 2025 da Plenária do CES. **Exposição:** Mesa Diretora. **ITEM 2** - (10h15min): Política  
007 Estadual de Humanização. **Exposição:** Mesa Diretora. **ITEM 3** - (11h00min): 1º, 2º e 3º Relatórios  
008 Detalhados do Quadrimestre Anterior – RDQA de 2024. **Exposição:** CIMEOF. **ITEM 4** - (11h45min):  
009 Planejamento das Comissões Intersetoriais. **Exposição:** Mesa Diretora. **ITEM 5** - (12h00min): 5ª  
010 Conferência Estadual de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora. **Exposição:** Comissão Organizadora  
011 da 5ª CESTT. **ITEM 6** - (12h15min): Apresentação do Painel de Auditoria do SUS. **Exposição:** Júlia  
012 Elisa Willik, GEAUD - SUS. **ITEM 7** – Apresentação do Painel de Transparência em Saúde.  
013 **Exposição:** Livia Oliveira Soares – GEGAB. **Verificação de Quórum:** **Presidente Walter** inicia a  
014 reunião pela checagem de quórum, fazendo leitura da lista de presença dos segmentos e constata que há  
015 quórum. Passam à condição de titular os seguintes conselheiros (as) suplentes: **Segmento de Usuário:**  
016 Wilson Cardoso Pires, representante da CROO – Câmara Regional de Óptica, Optometria e  
017 Contatologia do Estado de Goiás; Gerinaldo Teodoro Assunção, representante do GRUPAGO – Grupo  
018 de Pacientes Artríticos. **Segmento Prestador:** Leonora Rezende representante da UFG – Universidade  
019 Federal de Goiás; Letícia Tonini, representante da FUBOG – Fundação Banco de Olhos de Goiás. **1 -**  
020 **JUSTIFICATIVAS DE AUSÊNCIA:** **Primeiro Secretário Neilton**, cumprimenta a todos (as) e lê as  
021 justificativas de: **Suscena Silvia Hummel**, representante do CRC – Conselho Regional do Conselho de  
022 Contabilidade do Estado de Goiás; **Cristiany Beatriz Santos**, representante da REDE - TRANS - Rede  
023 Nacional de Pessoas Trans. **4 – INFORMES DA MESA DIRETORA: 4.1 Segunda Secretária Marta**  
024 **Maria**, cumprimenta a todos (as) e lê a indicação de representantes da UFG – Universidade Federal de  
025 Goiás, Sra Luciana Alves de Oliveira, Sr. Manoel Henrique Ribeiro, e Ricardo Lira de Rezende Neves  
026 para compor a CIMEPS – Comissão Intersetorial de Monitoramento e Execução da Política de Saúde. O  
027 documento que será inserido a esta ata como complementaridade de sua fala. **2 – INFORMES**  
028 **CONSELHEIROS: 2.1 Conselheira Heloíza Massanaro** cumprimenta a todos (as) e manifesta  
029 preocupação com relação às conferências da etapa municipal, que terminaram. Cita a questão da  
030 presença de diversas propostas exatamente iguais, vindas de municípios diferentes e também a questão  
031 de empresas que são responsáveis pelos documentos e treinamento dos trabalhadores que produziram  
032 propostas exatamente iguais. Denuncia que isso parece uma terceirização do controle social e é preciso  
033 refletir sobre essas questões. Destaca que é necessário pensar como o CES e demais conselhos  
034 municipais de saúde lidarão sobre o clima organizacional, salienta que isso interfere no adoecimento,  
035 inclusive mental que tem tido uma grande frequência. Reforça que essa discussão fará com que o  
036 controle social avance. Alerta para que não ignorem a importância do assunto, pois somos todos  
037 candidatos a assediadores e é preciso lidar com isso. Termina agradecendo. **2.2 Conselheira Christiane**  
038 representante do SINDLABS – Sindicato dos Laboratórios de Análises e Bancos de sangue do Estado  
039 de Goiás, cumprimenta a todos (as) e ressalta que em relação às reuniões, os conselheiros (as) devem  
040 fazer o seu papel, pois eles (as) têm faltado, não estão acompanhando e não têm estudado as demandas.  
041 Solicita que todos estejam presentes ou então que façam estudos prévios das pautas. Lembra que o CES  
042 está buscando pessoas com capacidade técnica para oferecer as assessorias e por enquanto estão  
043 utilizando de profissionais das entidades. Informa que as demandas de sua Comissão estão sendo sempre  
044 discutidas. Expõe que a fala da conselheira Heloíza é importante e que recebeu algumas denúncias de  
045 assédio moral. Sugere à Mesa que o tema seja discutido em uma plenária exclusiva, para saber como

046 caminhar, pois é necessário ter coerência, respeito e honestidade. Agradece à FUNEV – Fundação  
047 Universitária Evangélica, que gere o HEANA – Hospital Estadual de Anápolis Dr. Henrique Santillo,  
048 onde seu avô foi atendido brilhantemente pelos profissionais, dali, recebendo tratamento impecável.  
049 Fala que é preciso saber quem está cumprindo o papel dentro das Unidades e que esses profissionais  
050 também merecem respeito. Agradece também a equipe da AGIR – Associação de Gestão, Inovação e  
051 resultados em Saúde, que gere o HUGOL – Hospital Estadual de Urgências Dr. Otávio Lage de  
052 Siqueira, onde seu sobrinho passou por cirurgia, tendo também sido muito bem atendido. Ressalta que  
053 as questões têm que ser documentadas, pois está todo mundo esgotado e não é só aqui e é preciso  
054 discutir. Declara tem que parar de membro da Mesa Diretora pegar o microfone e falar em cima de todo  
055 mundo, precisamos olhar nos olhos uns dos outros e nos respeitar novamente. **Presidente Walter** diz  
056 que também queria entrar nessa discussão, pois ficou assustado com o que viu no grupo das comissões  
057 essa semana e a conselheira tem razão, pois os espaços de discussão são de reuniões presenciais e  
058 virtuais, mas não da forma como está acontecendo. Conta que falou com corpo técnico sobre o que  
059 estava acontecendo. Pergunta onde estão estes conselheiros(as) e fala para os que não querem cumprir  
060 ou não estão tendo condições que avisem sua entidade, para que ela indique outra pessoa. Recorda que a  
061 Mesa Diretora do CES, fez um convite para assessoria técnica do Conselho Regional de Contabilidade e  
062 Ordem dos Advogados do Brasil, para compor a comissão e diz que a comissão não deu o devido valor  
063 a essa assessoria, portanto não podem reclamar, pois fizeram apenas duas reuniões com eles. Informa  
064 que perguntou ao corpo técnico, onde estão os pareceres constituídos na gestão anterior e enviados a  
065 uma comissão que não deu o resultado dos mesmos, diz que a Mesa cobrará. Informa que mesmo com a  
066 falha que tinha o corpo técnico, ele construiu pareceres, portanto a Mesa irá invocá-los e apresentá-los  
067 ao plenário. Destaca que há dois tipos de convidados no CES: os que são convidados pela Mesa Diretora  
068 ou convidados formalmente pelas entidades que compõem o CES. Informa que quem não tiver  
069 indicação, por determinação da presidência de forma regimental não participará das comissões.  
070 **Primeiro Secretário Neiton** declara que enquanto não dermos conta de separar dentro do que tem que  
071 separar e unir o deve unir, diz que gestores, prestadores e trabalhadores fazem o seu papel, porém os  
072 usuários (as) não conseguem fazer seu papel, pois eles não sabem quem são. Opina que tem que haver  
073 essa discussão para dar andamento nesta situação. **2.3 Conselheira Rosália** representante do MS -  
074 Superintendência Estadual do Ministério da Saúde em Goiás faz uma questão de encaminhamento, diz  
075 que como tem algumas reuniões que ela estava em outra agenda do Conselho Nacional de Saúde,  
076 portanto não participou. Declara que este plenário foi constituído, então é preciso rever o regimento e é  
077 papel da Mesa, conduzir a implantação do Grupo de Trabalho para revisar o Regimento. Ressalta que há  
078 novos conselheiros (as) no CES que não conhecem o Regimento. Informa que como representante do  
079 MS, solicita pauta para próxima reunião, para composição do GT, para revisão do Regimento do CES.  
080 **2.4 Conselheira Luzinéia** representante do SINDSAÚDE – Sindicato dos Trabalhadores do Sistema  
081 Único de Saúde no Estado de Goiás, pede uma questão de esclarecimento. Cumprimenta a todos (as) e  
082 expõe que se inquietou quando diz que é atribuição da presidência decidir quem será convidado pelo  
083 plenário e que é uma questão regimental. Esclarece no artigo na seção 3 do Regimento do CES, das  
084 Comissões Intersetoriais e dos Grupos de Trabalho, no parágrafo 5º consta que, as comissões poderão  
085 convidar representantes das áreas técnicas da Secretaria de Estado da Saúde e outras secretarias, do  
086 COSEMS – Conselho de Secretarias Municipais de Saúde, especialistas indicados pelo CES e a partir da  
087 aprovação do plenário. Alega que, portanto, que isso não é atribuição da Mesa Diretora nem da  
088 presidência. **Presidente Walter** explica que a comissão apresenta o pedido e quem encaminha o  
089 convite é a Mesa Diretora. **2.5 Conselheira Luzinéia** diz que ainda não concluiu e que está no  
090 Regimento e continua sua leitura. Ela alerta que temos que tomar muito cuidado, porque muitas vezes a  
091 gente se apropria do Regimento, fala e não tem conhecimento do mesmo. Salienta que os convites  
092 podem ser feitos de acordo com a necessidade, mas o plenário que precisa homologar. **Presidente**  
093 **Walter** declara que tem conselheiros (as) que se apegam apenas aos detalhes do Regimento, portanto



094 reformando o regimento não vai fazer com que o conselheiro cumpra seu papel. Expressa que estamos  
095 no processo de construção de uma conferência e são poucos os que contribuem. Afirma que terminando  
096 a conferência será montado um GT para revisar o Regimento do CES, diz que é anacrônico. (a). Dá as  
097 boas-vindas à Sra. Gabriela Gerente da SUVISA, à Sra. Gerente Humanização Maria Salete, Sra.  
098 Helenice – GRUPO AAVE, Sra. Maria Aparecida AVAVE. Segue para: **3. INFORME DAS**  
099 **COMISSÕES: 3.1 – CIMEPS** – Comissão Intersetorial de Monitoramento e Execução da Política de  
100 Saúde **Convidada Viviane** representante do SIEG – Sindicato dos Enfermeiros do Estado de Goiás e  
101 relatora dessa comissão cumprimenta a todos (as). Informa que a comissão tem se reunido, estando em  
102 processo de reorganização e fazendo um planejamento que, inclusive foi entregue à Mesa Diretora.  
103 Expõe que estão definindo por reuniões quinzenais, e que a conselheira Rosa Irlene apresentou um  
104 formulário de metodologia de trabalho, que será utilizado para facilitar a análise e estará acessível aos  
105 conselheiros(as), ressalta que os instrumentos são responsabilidade de todos (as). Esclarece que as  
106 comissões tem atribuições específicas para aprofundar nessas análises, mas é importante que  
107 conselheiros(as) conheçam os instrumentos. Fala da preocupação por haver vários documentos  
108 represados na comissão, pois desde o mês de janeiro estão em processo de organização. Destaca que de  
109 produto este ano, entregaram o Parecer da Policlínica Formosa, e vem sendo feitas as análises ou pelo  
110 menos se instrumentalizado para dar andamento nas que estão paradas. Faz um apelo para que venham  
111 usuários (as) para essa comissão, explicando que essa comissão analisa a execução da política de saúde  
112 pública do estado de Goiás, e tem que ser a comissão que mais interesse aos usuários (as). Expõe que  
113 atualmente o pessoal do Planejamento da SES, está em peso na comissão e ela e a Sra. Elza que são  
114 convidadas representando trabalhadores. **Presidente Walter** pergunta a Sra. Viviane se a coordenadora  
115 Rosa Irlene está no plenário, dizendo que não basta assinar a lista e não participar da plenária. Informa  
116 que cortará o ponto, pois não pode assinar a presença e viajar. **Sra. Viviane** explica que a coordenadora  
117 Rosa Irlene esteve aqui, pois havia uma proposta de se reunirem antes da plenária, salienta que é de  
118 conhecimento de todos inclusive da Mesa Diretora. **Presidente Walter** informa que as entidades  
119 suplentes : SINDÓPTICA - Sindicato do Comércio Varejista de Material Fotográfico e Cinematográfico  
120 do Estado de Goiás, representada pelo conselheiro Leandro Luiz Fleury Rosa, se não comparecer na  
121 próxima plenária, completará três faltas consecutivas ; o CRF - Sindicato dos Farmacêuticos no Estado  
122 de Goiás, representado pelo conselheiro Flaubertt Santana de Azeredo, também a GGP – Gerência de  
123 Gestão de Pessoas - SES, representada pelo conselheiro Fernando Augusto Ataíde, estão com três faltas  
124 consecutivas e deverão ser notificadas e posteriormente responder em 30 (trinta) dias, lembrando que  
125 por regra regimental, tanto titular quanto suplente devem participar das plenárias do CES. **3.2 -**  
126 **CIEPCSS** – Comissão Intersetorial de Educação Permanente para o Controle Social no SUS.  
127 **Conselheira Elizabeth** representante da AOG – Associação dos Ostomizados de Goiás, informa que  
128 tiveram uma reunião no dia 22/04 para a avaliação da PAS – Programação Anual de Saúde 2025 e 2026,  
129 e já encaminharam o que pontuaram para o Conselho. Relata que foi alterada a Oficina do Participa+ em  
130 Jataí, que aconteceria dia 26 e 27 de junho, devido ao choque de datas com a conferência estadual,  
131 portanto foi proposto que a Oficina aconteça no dia 03 e 04 de julho, ressalta que a data virtual não  
132 mudou e será dia 10 de junho. Relata sobre a reunião que ela e a servidora Agda, tiveram com os  
133 representantes da Escola Saúde, a Sra. Tânia, o Sr. João Batista e a Sra. Ivanilda Neide, para tratar sobre  
134 o Curso de Conselheiros, pois o último edital foi interrompido, conta que a pedido da Mesa fez a  
135 avaliação de até onde ele teve andamento. Expõe que na reunião foi proposto que fizessem um  
136 levantamento de todos os conselheiros (as) inscritos nesse último edital, para entrar em contato para ver  
137 como será a participação. Conta que o Sr. João consultaria a assessoria jurídica da Escola de Saúde para  
138 ver se poderiam usar o mesmo edital, sendo que foi proposto abrir novo edital, mas como a CIEPSS não  
139 pode decidir isso, então estão aguardando uma reunião com a Mesa Diretora para definir como ficará o  
140 andamento do curso. Salienta que a parte da comissão foi feita e após essa reunião será deliberado sobre  
141 os próximos passos. **3.3 – CIAMCMS** – Comissão Intersetorial de Apoio e Monitoramento aos

142 Conselhos Municipais de Saúde. **Conselheiro João Bernardino** representante do Sindicato dos  
143 Trabalhadores no Serviço Público Federal no Estado de Goiás, e coordenador dessa comissão  
144 cumprimenta a todos (as), e conta que fizeram quatro reuniões presenciais e resolveram o problema de  
145 quatro municípios dentre eles Porteirão que foi reorganizado. Expõe que tiveram mais de quinze  
146 reuniões on-line para definir novos termos de cooperação técnica. Relata que foi solicitado pela  
147 comissão, uma reunião com a Mesa, que já aconteceu, onde tentaram acertar o fluxo. Comenta que o  
148 presidente do CES, solicitou que dessem uma tranquilizada no processo de verificação junto aos  
149 municípios, devido às conferências estarem em andamento; ressalta que em relação à demanda não  
150 teriam como tranquilizar, pois, elas não acontecem aqui e eles não sabem quando acontecerá e pelo  
151 mesmo motivo não trariam um planejamento uma vez que as demandas são ocasionais. Comunica que  
152 desde então em função de não terem estrutura, a coordenação paralisou, porém continuarão a fazer tudo  
153 on-line, mas acha que está errado, pois não tem condições de fazer verificação real dessa forma, dando o  
154 exemplo de Pires do Rio onde o prefeito destituiu o Conselho. Esclarece que uma estrutura do Estado  
155 não pode parar por causa de conferência, porém deve seguir um planejamento estratégico. Desabafa que  
156 é preciso ter diretrizes, caso contrário fica impossível, diz que está colocando suas angústias enquanto  
157 coordenador e enquanto pessoa. Expressa que passará os informes por escrito ao Presidente Walter.  
158 **Presidente Walter** esclarece que, dessa comissão, quatro membros estão envolvidos com a 5ª  
159 Conferência de saúde do trabalhador(a), inclusive estão viajando, a coordenadora da conferência, a  
160 Rosália Matos também e outros conselheiros(as). Declara que tem que ter a compreensão da comissão,  
161 pois quando chegar o mês de julho, ela finalizará e que só se monta diretriz com planejamento. Salienta  
162 que apenas uma comissão entregou seu planejamento diário de trabalho à Mesa Diretora. Concorde com  
163 o conselheiro João Bernardino que, com a troca da assessoria em que assumiu a coordenadora Simone  
164 junto com a servidora Agda, avançou demais, portanto parabeniza. Informa que a partir desse mês de  
165 maio toda a estrutura da SES, passa a usar o e-mail institucional, projeta os e-mails institucionais, para  
166 que todos (as) visualizem e solicita que os conselheiros (as) atentem pois o outro e-mail será inutilizado,  
167 acrescenta que colocará no grupo de WhatsApp dos conselheiros(as). Comunica que o servidor  
168 Leonardo Vergara, que era coordenador da comunicação do CES até dia 30/04, pediu para voltar para a  
169 Gerência de Saúde Mental. Relata que depois que ele assumiu a comunicação do Conselho, as redes  
170 sociais tiveram uma mudança significativa, diz que o servidor veio e aprendeu, e inclusive ensinou.  
171 Tece vários elogios e agradece a contribuição e por tudo que esse servidor construiu. Ressalta que fez  
172 um acordo com a Gerência de Saúde Mental, que quando precisasse do servidor Leonardo no CES, que  
173 ele viria ajudar. **3.4 - CIMEOF – Comissão Intersetorial de Monitoramento e Execução Orçamentária e**  
173 **Financeira. Servidor Leonardo** diz que tem uma honra enorme e orgulho grande de ter registrado na  
174 sua memória várias experiências, quer agradecer ao presidente Walter, e a Inaya Werneck, dizendo que  
175 até ele vir para o CES, só tinha uma porta que ele acessava, que era de servidor da SES, mas o Conselho  
176 abriu uma porta para a realidade do SUS. Agradece imensamente aos colegas, pedindo que os servidores  
177 continuem se cuidando, estende o agradecimento à servidora Ariana Rassi, que dividiu a demanda com  
178 ele, dizendo que ela foi de suma importância nesse trabalho. **Presidente Walter** agradece em nome do  
179 CES, ao servidor Leonardo pela disponibilidade e o trabalho em prol do controle social. Segue para  
180 ordem do dia. **ITEM 1 – Aprovação das Atas da 1ª e 2ª Reunião Ordinária e 1ª Reunião Extraordinária**  
181 **de 2025 da Plenária do CES.** Pergunta à Coordenação Administrativa, se houve algum pedido de  
182 correção dessas atas e a resposta foi que não houve, então declara aprovadas as três Atas. **ITEM 2 –**  
183 **Política Estadual de Humanização. Exposição: Mesa Diretora. Presidente Walter** expõe que na última  
184 plenária, na pauta da discussão e deliberação sobre a Política Estadual de Humanização, que a  
185 conselheira Luzinéia Coordenadora da CIRHRT, solicitou pedido de vista, sendo tal pauta suspensa e de  
186 forma regimental, ela levou esse pedido para discussão para CIRHRT, a comissão apresentou no tempo  
187 regimental suas contribuições, sendo o parecer enviado ao CES e repassado à Gerência de  
188 Humanização. **Presidente Walter** pergunta se esse parecer foi contemplado dentro da Política de



189 Humanização. **2.1 CIRHRT** – Comissão Intersetorial de Recursos Humanos e Relações de Trabalho.  
190 **Conselheira Luzinéia** declara que não tem como dar essa resposta, pois ainda não foi apresentado, se as  
191 alterações e sugestões foram acatadas e incorporadas ao texto da Política de Humanização. **Presidente**  
192 **Walter** pergunta à Coordenação Técnica se o parecer da comissão foi enviado à Gerência de  
193 Humanização e se foi contemplado dentro da Política de Humanização. **Gerente de Humanização**  
194 **Maria Salete**, cumprimenta a todos (as), agradece à CIRHRT, diz que foram feitas orientações e  
195 sugestões à política apresentada na última reunião. Faz a leitura do documento que será inserido a esta  
196 ata como complementaridade de sua fala. Destaca que as orientações foram as seguintes: nas páginas 22  
197 e 47 foram contempladas as solicitações. Faz a leitura do documento, sobre novo ponto mostrado pela  
198 comissão. Informa que o item 7.4, páginas 25 e 26 já foi contemplado, apenas certificando a existência  
199 da mesma. Outro ponto foi incluir a humanização nos processos de formação, capacitação e educação  
200 permanente dos trabalhadores, que está contemplado no item 7.4 – letra G, páginas 28 e no item 9.2  
201 página 34. Comunica aos conselheiros (as) que no próximo mês estará à disposição de todos os  
202 servidores da saúde do Estado de Goiás, o primeiro curso de Humanização do nosso Estado, que ficará  
203 na plataforma da escola por 3 três anos e nesse período terá uma curadoria, que atualizará mediante as  
204 inovações que acontecerem nas relações de trabalho. Ressalta que foi sugerido incluir a ampliação da  
205 comunicação entre as pessoas trabalhadoras na saúde e dessas com os usuários (as) do SUS e seus  
206 familiares, considerando o letramento em saúde, está contemplado no item 7.2 – página 22. Relata que o  
207 usuário ao sair de uma Unidade especializada junto com a equipe multidisciplinar, será encaminhado a  
208 uma Unidade Básica, em sua região, com orientações necessárias para que não ocorra a desospitalização  
209 que onere mais ainda o SUS. Salienta que isso vai muito além de tratar com carinho e caridade, ela é  
210 uma ferramenta de produção de saúde com eficácia. Cita o que foi contemplado na página 23, dizendo  
211 que é justamente e o que está sendo realizado agora, com as conferências, os acolhimentos, escuta  
212 qualificada, com exemplo no Cora na casa de apoio, que terá um auditório específico para orientar o  
213 retorno dos pacientes para suas casas. Outra solicitação: citar quais são os indicadores que avaliará e  
214 monitorará a Política Estadual de Humanização. Declara que sua gerência está avaliando a questão do  
215 absenteísmo dos servidores e o que está levando ao aumento desse índice. Em relação ao CID diz que é  
216 pessoal, mas aqueles que não constarem no atestado, dará margem para que se pense que há algo  
217 gravíssimo, onde haverá duas referências, uma que faz o referencial teórico e o outro quantitativo.  
218 Destaca a segurança do paciente, dizendo que indicadores poderão ser criados, na gestão, quando algo  
219 que está fora de controle, como queda dos pacientes, eles investigarão o que está causando as quedas,  
220 portanto os indicadores serão criados mediante a necessidade de cada Unidade de saúde. Comunica que  
221 se a Mesa permitir, dentro de 06 (seis) meses, ela trará para plenária esses indicadores estudados, com o  
222 olhar da subjetividade, da visão holística desse ser humano, que é contemplada na humanização.  
223 Ressalta que a questão espiritual será implantada no Cora. Segue com as solicitações: Incluir no item 06,  
224 que está na página 47, fala que não colocou, mas agora está em verde na política. Explicitar qual o papel  
225 do Núcleo Técnico de Humanização: está contemplado nas páginas 33 a 47. Esclarece que o espaço da  
226 humanização é aberto a todos, não existe processo seletivo, está contemplado em 9.5, quando a gestão  
227 indicará, para que tenham representantes de toda as subsecretarias e gerências. Informa que o Sr.  
228 Ricardo é um dos coordenadores da equipe de transplante e foi indicado para o Núcleo, a indicação é  
229 para ter todos da cadeia de saúde, com reuniões mensais, online, híbrida, contando com a participação  
230 de titulares e suplentes das regionais, para que todo estado de Goiás, esteja representado dentro do  
231 Núcleo Técnico e posteriormente será montado um Núcleo Técnico dentro de cada Unidade,  
232 Departamento e Gerência que eles trabalharemos. Incluir trabalhadores dos serviços no Núcleo para a  
233 composição que não seja restrita à gestão. Declara que dessa forma contemplou tudo que foi solicitado  
234 pela comissão. Declara que está à disposição de todos e gostaria de ter em suas reuniões a presença do  
235 CES, dizendo que enviará o link ou a data de realização, para que os conselheiros(as) prestigiem.  
236 **Conselheira Luzinéia** pergunta sobre a tabela com as datas e planos de trabalho. Faz a leitura de alguns

237 pontos e diz que o que solicitaram foi que essas recomendações fossem incluídas no plano de Trabalho,  
238 mas ele está inalterado. Ressalta que o documento apresentado pela Gerente Salete, são as considerações  
239 teóricas sobre a política, mas diz que o que vai determinar e o que vai ser executado na Política Estadual  
240 de Humanização é o que está no plano de Trabalho, ela diz que se não altera no plano significa que o  
241 que foi indicado pelo plenário do CES, em nome da CIRHRT, não foi acatado. Expressa que quando se  
242 fala em promover a gestão participativa e cogestão com fortalecimento da corresponsabilidade entre  
243 gestores, trabalhadores e usuários(as), diz que de fato está contemplado no corpo teórico do texto, mas  
244 na prática não está colocado, salienta que a parceria com o COSEMS – Conselho de Secretarias  
245 Municipais do Estadual de Goiás e Secretarias Municipais de Saúde, não garantirão que seja colocado  
246 na prática. Ressalta que, colocar apoio, formação e humanização sem que haja participação efetiva  
247 desses segmentos nas Unidades, se não tiver cronograma que garanta implementação onde não existe e  
248 fortalecimento onde já existe, não será possível fortalecer na prática. Destaca que se não tivermos  
249 cronograma estabelecido no Núcleo Técnico, atividades que contemplem, condição de trabalho, carga  
250 horária e salários, não saberemos quando isso acontecerá, dizendo que a sugestão foi que incluísse no  
251 plano. Ela fala que não vê no plano apoio e formação da humanização e que ele não deixa claro essas  
252 questões das pessoas trabalhadoras. Item 6: fala que solicita etapas de implantação, a representação dos  
253 trabalhadores, dizendo que ficou no corpo do texto e ressalta que no plano de trabalho não tem.  
254 Questiona sobre os indicadores e lê o documento na parte que fala sobre os indicadores, dizendo que  
255 não foram explicitados. **Vice-presidente Sérgio** opina que não é necessário colocar os indicadores, mas  
256 ao menos quando isso será feito no plano de trabalho. **Gerente Salete** esclarece que para o plano ser  
257 executado, primeiro a política aprovada tem que ser aprovada, razão pela qual há apenas sugestões de  
258 itens para constar do plano. Expõe que não tinha como entregar o plano em decorrência da aprovação.  
259 **Presidente Walter** declara que geralmente no pedido de vista, se apresenta o plano original com a  
260 integração das proposições e diz que isso não está acontecendo e que o pedido de vista chegou com o  
261 parecer e o relatório da CIRHRT e foi enviado à SES. Ressalta que teria que voltar com as proposições  
262 inseridas nele no plano. Salienta que na hora da pactuação CIB – Comissão Intergestores Bipartite, o  
263 CES, poderá não estar no momento, para saber se as proposições estarão integradas dentro do plano.  
264 **Conselheiro Tiago Raimundo** relata que existe essa discussão para que a política esteja pronta para vir  
265 trabalhando com os projetos e o plano de trabalho. Ressalta a experiência com o PEGTES – Plano  
266 Estadual de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde, dizendo que comunicou com a Gerente Salete,  
267 que uma meta do PES – Plano Estadual de Saúde, é a implantação de 20 (vinte) núcleos, dentro das  
268 estruturas da SES e uma das tarefas, é elaborar esse plano específico para isso e outro para todo o estado  
269 de Goiás, que contemple os municípios, pois a política pode ter vários projetos e planos vinculados a  
270 ela. **Gerente Salete** declara que dentro do PAS – Programa Anual de Saúde, já está se cumprindo a  
271 criação dos núcleos técnicos, no Hospital de Jaraguá, HECAD – Hospital Estadual da Criança e do  
272 Adolescente e HDT – Hospital de Doenças Tropicais, que já contemplam os núcleos implantados,  
273 faltando apenas nas portarias. **Conselheira Glauciene** cumprimenta a todos(as) e lembra que esse plano  
274 já passou três vezes pela plenária e ressalta que a Gerente Salete falou que nessa política só vai ser  
275 construído cronograma depois de aprovado o plano de trabalho, porém salienta que foi apontado pelo  
276 Presidente Walter e pela Conselheira Luzinéia, algumas coisas que estão no corpo do texto, mas ainda  
277 não foram contempladas no plano de trabalho. Questiona que se aprovar o plano hoje, e se considerar a  
278 programação com as sugestões que a conselheira Luzinéia trouxe que estão registradas em ata, se isso  
279 pode acontecer. **Vice-presidente Sérgio** informa que essa proposta é interessante e foi contemplada no  
280 texto do plano, porém é necessário ser apresentado o plano de trabalho detalhando as considerações que  
281 foram incluídas. **Conselheira Luzinéia** deixa claro que não é proposta dela, mas sim da comissão.  
282 Reitera que as considerações apontadas são para constar no plano de trabalho de execução da política.  
283 Salienta que a Política Estadual de Humanização, para ser implementada, ela tem um plano de trabalho  
284 e dentro dele, o que é considerado nas indicações, não foi contemplado. Observa que é muito bonito,



285 dizer que é um núcleo aberto, mas aquilo que não tem data, horário e quem vai fazer acaba não  
286 acontecendo. Observa que o (a) trabalhador (a), não se sente incluído em um espaço de discussão  
287 apropriado pela gestão, tem que ser uma vontade política, mas essa representação, daquele que executa,  
288 daquele que está na ponta, se não for chamado, não acontecerá a participação efetiva. Ressalta é  
289 necessário que o controle social dentro das Unidades esteja representado, implantado e funcionando, pois  
290 dali será tirada a representação desse trabalhador (a) que está na unidade de saúde. **Vice-presidente**  
291 **Sérgio** declara que diante disso a propositura é aprovação do plano de trabalho, entendendo que todas as  
292 considerações foram atendidas e aprovar condicionando a apresentação do plano de trabalho a este  
293 Conselho, com definição do prazo para consolidação do plano. **Gerente Salete** pergunta ao conselheiro  
294 Raimundo Tiago, se daria para apresentar o plano na próxima plenária. **Presidente Walter** explica que  
295 seriam três semanas, para a Mesa apreciar se foi contemplada a propositura da comissão e reenviar aos  
296 conselheiros (as), porém se a Mesa der a negativa para avaliação, então não vai para a próxima plenária.  
297 **Gerente Salete** relata que a proposta seria apresentar na plenária de julho 2025. **Vice-presidente Sérgio**  
298 esclarece que a propositura, seria: aprovar a Política Estadual de Humanização, na condição de que o  
299 plano de trabalho seria apresentado, na plenária de julho, contemplando todas as considerações do  
300 Conselho, para ser definitivamente concluída a aprovação. Solicita que aqueles (as) que concordam que  
301 levantem os crachás. **Deliberação:** Votos a favor: votos por contraste. Aprovado com unanimidade.  
302 **ITEM 3 1º, 2º e 3º Relatórios Detalhados do Quadrimestre Anterior – RDQA de 2024. Exposição:**  
303 **CIMEOF. Coordenadora Christiane do Valle** esclarece que em relação ao ponto de pauta, que ele não  
304 foi solicitado formalmente pela comissão, pois no dia de mandar a convocação a servidora Ana Paula a  
305 questionou sobre o fato e ela disse à servidora que tiveram uma experiência ruim com uma apresentação  
306 anterior, portanto a decisão tomada por ela como coordenadora, foi de caminhar com os relatórios, para  
307 apresentação ao Pleno, em consenso. Em relação a fala que não demos valor aos convidados. Afirma  
308 que fizeram reuniões com eles até o mês de dezembro antes da eleição e após o processo eleitoral, quem  
309 deveria encaminhar para a comissão, se eles continuariam ou não, seria a Mesa, ou a assessoria técnica  
310 da comissão, o que segunda ela não aconteceu formalmente. Declara que é necessário ter assessorias  
311 técnicas, contábeis e jurídicas num papel permanente no Conselho. Desabafa que não dá para ficar  
312 correndo atrás dessas pessoas, que embora sejam de muito valor, mas elas têm vários compromissos.  
313 Salienta que é salutar o convite feito pelo CES ao Conselho Regional de Contabilidade e à Ordem dos  
314 Advogados do Brasil. Solicita ao Vice-presidente Sérgio, que ajude a trazer esse contabilista para o  
315 CES. Em relação a essas apresentações, a parte contábil e orçamentária financeira, serão reunidas com  
316 as considerações da CIMEPS. **Presidente Walter** declara que deve ser pedido a retirada do ponto de  
317 pauta e a Coordenadora Christiane anui a essa solicitação. **Sra. Viviane** esclarece que em relação aos  
318 quadrimestrais, que eles não têm que ser deliberados e a CIMEPS não emitirá parecer, pois é uma  
319 oportunidade de se fazer propostas. Em relação ao 2024, será feito parecer em relação ao RAG –  
320 Relatório Anual de Gestão, dizendo que passou da hora de fazer apontamentos. **Presidente Walter**  
321 declara que concorda que a CIMEPS não emite parecer sobre RDQA. Ressalta que a pauta pode ser  
322 retirada, para que a CIMEOF tenha mais subsídios para discutir o assunto. Salienta que não compete a  
323 CIMEPS fazer essa discussão, pois a pauta é exclusiva da CIMEOF e o que compete às duas comissões  
324 é fazer a análise do RAG. **Conselheira Christiane explica** que não falou parecer de RDQA, pois não  
325 existe tal parecer, e que se referia ao RAG. Declara que se tiver se expressado mal, então pede desculpas  
326 para Sra. Viviane. **Presidente Walter** ressalta que o RDQA é aprovado ou rejeitado pelo pleno do  
327 CES. **Conselheira Raimundo Tiago** esclarece que o RDQA é de monitoramento e ele não é aprovado  
328 ou negado, ele é apenas validado, verifica se as informações das portarias estão de acordo, sendo que ele  
329 é o consolidado que subsidia o RAG. **Encaminhamento: Presidente Walter** solicita que os  
330 conselheiros(as) que concordam com a retirada de pauta do item 3 da CIMEOF, que levantem os  
331 crachás. **Deliberação:** 22 (vinte e dois) votos a favor. Com uma abstenção. Declara Aprovada a retirada  
332 do ponto de pauta. **ITEM 3 1º, 2º e 3º Relatórios Detalhados do Quadrimestre Anterior – RDQA de**

333 2024. **ITEM 4** – Planejamento das Comissões Intersetoriais. **Exposição:** Mesa Diretora. **Presidente**  
334 **Walter** relata que nem o corpo técnico, nem a Mesa Diretora possuem conhecimento do planejamento  
335 das comissões. Expõe que apenas duas comissões apresentaram o planejamento de trabalho e o  
336 planejamento da CIAMS, que era o mesmo da gestão anterior, portanto tem que ser ajustado. Pergunta  
337 se tem algum planejamento para ser apresentado pelas comissões faltantes. **Coordenadora Técnica**  
338 **Patrícia Brom** informa que a CIMEOF e CIMEPS fizeram a entrega e parabeniza as duas comissões.  
339 **Presidente Walter** afirma que cobrará das demais comissões. Registra a presença da Superintendente  
340 de Controle Interno e Correição Dra. Suellen Ravazzi, dando a ela as boas-vindas. Segue ao próximo  
341 ponto de pauta **ITEM 5:** 5ª Conferência Estadual de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora.  
342 **Exposição:** Comissão Organizadora da 5ª CESTT. **Presidente Walter** fala ao vice-presidente do CES,  
343 Sr. Sérgio que fizeram 84 (oitenta e quatro) conferências em uma semana, salientando sobre a  
344 dificuldade de veículo, sendo preciso avaliar a possibilidade de conseguir uma VAN. **Conselheira**  
345 **Heloiza Massanaro** e coordenadora adjunta da 5ª CESTT, comemora a boa participação de  
346 conselheiros (as) e dos municípios, ressaltando que participaram da primeira etapa regional da (sudoeste  
347 I e sudoeste II), sendo que 90% na sudoeste II realizaram as conferências municipais e na sudoeste I  
348 foram apenas 30% dos municípios. Expõe que fizeram reuniões semanais, para esclarecer sobre essa  
349 conferência e contaram com algumas coordenações das regionais. Relata que algumas conferências  
350 municipais, tiveram participação das regionais em todos os municípios, porém outras não estiveram  
351 presentes em nenhuma conferência municipal; ressalta que onde não houve essas participações as  
352 propostas acabaram sofrendo algum declínio. Expressa que é importante que os coordenadores das  
353 comissões também se manifestem sobre suas considerações e gostaria que a Lúcia e a Elizabeth,  
354 falassem. Comunica que a conferência estadual foi adiada para os dias 25, 26 e 27 do mês de junho.  
355 Comenta que houve municípios que não conseguiram encaminhar em tempo, e foi permitido inserir  
356 algumas propostas no dia da conferência regional. **Conselheira Rosália** parabeniza todas as pessoas do  
357 CES, a Mesa Diretora, os conselheiros (as), e trabalhadores, pois Goiás foi o Estado que conseguiu levar  
358 o maior número de Conferências municipais, haja vista que elas foram incipientes, pois foi feito um  
359 pacto com o COSEMS, que os municípios fizessem suas conferências junto com a conferência  
360 municipal de saúde, sendo que nenhuma nem a outra foram bem feitas. Expressa que enquanto controle  
361 social, somos peças fundamentais de resistência. Ressalta que um espaço que está em lei e é de  
362 participação e construção do SUS e não é respeitado, as pessoas que estão na gestão, estão  
363 enfraquecendo o SUS e isso é muito sério. Informa que o relatório das últimas conferências não  
364 chegaram, portanto quem não mandou não terão suas propostas incluídas. Denuncia que percebeu que,  
365 na região as propostas eram praticamente as mesmas, as vezes mudavam o verbo. As propostas que  
366 ficaram de fora, estavam contidas nas outras propostas. Relata que a relatoria não fecha as propostas  
367 prontas, pois ela recepciona o que vem dos municípios, tenta organizar, para que as pessoas entendam se  
368 o que estão sendo discutido, está dentro eixo, ressalta que para isso tem alguns destaques: supressão  
369 total, supressão participa e alteração de palavras, sem mudar o sentido da proposta e diz que é assim que  
370 são feitas as propostas. **Conselheira Heloiza Massanaro**, informa que foram realizadas 186 (cento e  
371 oitenta e seis) conferências municipais, totalizando 75% dos municípios goianos. **Conselheira**  
372 **Elizabeth** expõe que é frustrante para o delegado, o fato de município não enviar proposta. Declara que  
373 é preciso pensar em como o CES, cobrará do município para que as propostas cheguem em tempo hábil.  
374 **Conselheira Luzinéia** declara que, já tem alguns anos que tem acontecido de haver propostas  
375 praticamente iguais, dizendo que é preciso avaliar sobre a participação dos segmentos e representações.  
376 Opina que não se deve abrir mão da indicação dos delegados de nenhum segmento. Comenta sobre um  
377 fato quando observou que uma pessoa da Regional de Saúde que não sabia o que estava acontecendo,  
378 não tinha conhecimento do Regimento, sendo que trabalhava na Regional. Salienta que é preciso  
379 enfrentar esse problema, pois quando não é exigida dessa indicação, há o risco da desqualificação de  
380 quem vai participar da conferência estadual. Ressalta que o intuito é estimular a participação de todos



381 (as), porém o controle social é desqualificado quando se referendam pessoas que representam a si  
382 mesmas, indo para todas as etapas das conferências. Conta que recebeu várias denúncias de municípios  
383 que não tiveram indicação de trabalhadores, mas só de gestores. Sugere a exigência das indicações,  
384 principalmente dos Conselhos de categorias. Questiona se tem valido a pena o gasto com as  
385 conferências. **Conselheira Maria de Fátima** cumprimenta a todos (as) e relata que nos espaços que  
386 participou, notou que é necessário tomar iniciativas no CES, antes que as conferências comecem  
387 dizendo que as dificuldades que acontecem é devido à não ter uma orientação clara para saber quem  
388 estará lá, quem são os conselheiros (as) e quem coordenará. Ressalta que se preocupa com o papel do  
399 controle social, pois os o presidente do CMS, participa da abertura da conferência e depois vai embora,  
400 deixando lá os gestores e demais autoridades; salienta que a participação e a mobilização nesses espaços  
401 são muito importantes. Comenta sobre a dificuldade de não saber a realidade dos Conselhos, se estão  
402 constituídos, qual a participação deles na conferência. Destaca a importância das conferências dos  
403 municípios, em que teve o diferencial da participação de prefeitos os secretários de saúde de educação  
404 de infraestrutura e Conselhos Tutelares em vários. Em relação às propostas, observa que as dificuldades  
405 são devido ao desconhecimento dos municípios, dos instrumentos e da legislação. Lembra que a grande  
406 maioria realizou a primeira conferência e não conhece a política e não sabe como utilizá-la para no  
407 debate. Expõe que reforçou a importância da representação de todos os segmentos, pois muitas vezes a  
408 regional não sabe a diferença. Frisa que as duas conferências foram feitas juntas e algumas em meio  
409 período. Elogia as Regionais pela organização, divulgação, decoração, cartazes, diplomas e alimentação  
410 que foram muito boas. **Conselheira Glauciene** informa que foi convocada para representar o Presidente  
411 Walter, no dia 24 de abril na conferência em Cromínia de Goiás. Elogia, dizendo que foi muito  
412 organizada, bonita e com grande participação de representatividade de autoridades da cidade, inclusive  
413 de moradores e usuários (as). Expõe que palestrou sobre a Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora  
414 como Direito Humano, declara que foi muito feliz com o tema, que trouxe luz. Pontua que falou dos  
415 eixos e entende a dificuldade de realizar tantas conferências em tempo recorde, sendo necessário grande  
416 esforço. Opina que o ideal é que as conferências aconteçam o dia todo. Ressalta que a paridade foi  
417 respeitada, que as pessoas foram bem assistidas e a alimentação também foi muito boa. Agradece  
418 dizendo que aprendeu muito. Relata que participou do Congresso Internacional da Saúde da Criança e  
419 do Adolescente, na cidade de Ceres, em que estavam presentes professores de Moçambique, Espanha e  
420 Florianópolis, que abordaram sobre o uso de tela para crianças pequenas. Declara que ficou assustada,  
421 devido ao tempo em que elas ficam expostas, inclusive os bebês. Comenta que ficou encantada com a  
422 estrutura do Instituto Federal de Ceres, também ficou muito feliz com essa representatividade dos  
423 usuários(as) e se coloca a disposição sempre. **Presidente Walter** fala que em relação aos  
424 questionamentos, quem faz o levantamento dos gastos finais da conferência é o Conselho Estadual de  
425 Saúde, não as SES, sendo que o projeto é assinado pela Secretária Executiva e o Presidente do CES e  
426 tem que ser apreciado e aprovado pelo Fundo Estadual de Saúde. Fala que na conferência passada, ele e  
427 o Secretário de Saúde resolveram usar o fundo rotativo, das Regionais de Saúde para fazer conferências,  
428 sendo proibido por Lei, e a qualquer momento podem responder por isso. Em relação à fala de membros  
429 da comissão organizadora foi citada a construção conjunta de duas conferências municipais; segundo  
430 ele, se houve erro não foi do município, pois o CES, pactuou com o COSEMS, sendo a proposta feita  
431 aceita pela Comissão Organizadora e posteriormente pelo plenário do CES, portanto não se pode  
432 reclamar do que foi decidido. Salienta que se houve duas conferências em meio período, cabe ao CES  
433 avaliar e validá-las ou não, porém não cabe o Conselho intervir em obrigação que é do município, mas  
434 ele pode intervir na 5ª CESTT que é de responsabilidade do CES. Ressalta que é vergonhoso para  
435 GERES – Gerências Regionais de Saúde, que uma conferência municipal realizada na sede da Regional,  
436 sem a participação de nenhum membro da mesma. Declara que pode ter muita dificuldade na gestão  
437 pública, mas algumas regionais precisam ser revistas. Agradece extremamente ao CEREST estadual,  
438 lembrando que deu as boas-vindas à Katia quando assumiu a Gerência e que ela colocou o CEREST à

439 disposição das conferências. Salienta que quando fala, alguns sofrem as consequências, e quando cobra  
440 na GERES, a gerente de gabinete cobra das suas gerências também. Declara que chamou a atenção do  
441 Coordenador Nacional Luiz Leão, que tirou o foco do CEREST na realização das conferências. Afirma  
442 que tem que reconhecer o papel do CERESTs de Ceres, de Aparecida de Goiânia, e que alguns precisam  
443 rever o seu papel, relatando que ficou assustado com a palestra de Anápolis na Conferência de  
444 Gameleira. Elogia as Organizações que atuaram construindo conferências fora da estrutura do CES,  
445 como a: CUT – Central Única dos Trabalhadores do Estado de Goiás, do SINDSAÚDE construiu 5  
446 conferências livres, a ABRATO – Associação Brasileira de Terapeutas Ocupacionais de Goiás, o  
447 CREFONO 5 – Conselho Regional de Fonoaudiologia 5ª Região, o CREFITO 11 – Conselho Regional  
448 de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, a CTB – Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil, o  
449 SINT-IFESGO Sindicatos trabalhadores Técnicos Administrativos em Educação da Instituições  
450 Federais de Ensino Superior do Estado de Goiás, junto com os IFs que fizeram conferências livres, que  
451 passarão a integrar a conferência Estadual. Explica que existe um prazo para entrega dos relatórios para  
452 serem inseridos na conferência. Relata que houve um pedido de dilatamento de prazo do município de  
453 Santa Terezinha de Goiás, onde houve um falecimento de uma conselheira, integrante da Mesa Diretora  
454 do CMS. Informa que consultou a Coordenadora da Relatoria e posteriormente autorizou a realização da  
455 conferência que já aconteceu naquele município. Pergunta ao plenário se deverão referendar a realização  
456 da conferência, com dilatação do prazo de 3 (três) dias, solicitando que os (as) que concordam que  
457 levantem os crachás. **DELIBERAÇÃO:** Sem abstenções, com unanimidade está referendada para  
458 compor a conferência regional de São Patrício I e II. Reforça que a entrega dos relatórios das  
459 conferências livres, tem o prazo de 15 (quinze) dias corridos após a realização da conferência, para ser  
460 incorporadas à Conferência Estadual. **Gerente Kátia – CEREST,** cumprimenta a todos (as) e agradece  
461 a acolhida e a relação de respeito. Relata que assumiu a Gerência de Vigilância ambiental da Saúde  
462 Trabalhador. Expõe que esteve na Câmara Técnica do CONASS – Conselho Nacional de Secretários de  
463 Saúde e traz uma mensagem de satisfação, porque Goiás, considerando o cenário nacional, foi o estado  
464 que mais conseguiu promover as conferências municipais. Afirma que tem dito para a equipe do  
465 CEREST, que gostaria que estivessem mais próximos dessa trajetória, contribuindo mais, embora  
466 tenham limitações. Em relação a fala da falta de participação de algumas regionais, diz que em cenário  
467 nacional, as dificuldades foram as mesmas expostas na Câmara Técnica, e ressalta que no Estado de  
468 Goiás, há alguns vazios de CERESTs regionais e agora há a possibilidade de habilitar mais três. Expõe  
469 que tentarão com a ajuda do CES, avaliar quais são os maiores vazios, para promover a política também  
470 nessas regiões. Comenta sobre a confusão, que foi dito na Câmara Técnica, que a conferência se dá  
471 somente com os profissionais de saúde, e da Saúde e retruca que não é isso, pois são de todos os  
472 segmentos e todos os vínculos empregatícios. Relata sobre a participação no Integra Saúde, onde  
473 trataram diretamente com os gestores municipais, sobre a importância de realizar as conferências  
474 municipais de saúde do trabalhador e da trabalhadora e ressalta que devido ao trabalho nos STANDs,  
475 esclarecendo sobre essas conferências, que, naquele momento o número de conferências agendadas,  
476 passou de 38 (trinta e oito) para 186 (cento e oitenta e seis). Parabeniza pelo resultado e se coloca à  
477 disposição, dizendo que estará com o CES, para trabalhar juntos nessa empreitada. **Presidente Walter**  
478 transmite a essa comissão Organizadora Estadual, o que a Gerente Kátia falou. Declara que pela  
479 primeira vez no controle social, Goiás superou as expectativas no âmbito nacional, salientando que foi  
480 pactuado com a SES e o COSEMS, porém em outros estados, a gestão pública não apostou nessa  
481 conferência. **Conselheiro Gerinaldo** representante do GRUPAGO - Grupo de Paciente Artríticos de  
482 Goiás, pontua sobre três coisas: contando que onde esteve, quase todos CMSs estavam irregulares.  
483 Salienta que a participação dos usuários (as) foi muito limitada, sugerindo que as conselheiras Luzinéia  
484 e Heloiza ou coordenação da CIAMCMS, que encontrem um modo de efetivar essa participação. Cita  
485 também a questão das propostas apresentadas, diz que os próprios trabalhadores possuem dificuldade de  
486 elaborá-las, sendo necessário retomar o esclarecimento sobre isso. Aborda a questão dos usuários (as),



citando que aqui em Goiânia e Aparecida de Goiânia, tiveram dificuldade de complementar a participação dos usuários (as). **Presidente Walter** agradece o conselheiro Gerinaldo que foi o único que não era da Comissão Organizadora, que palestrou brilhantemente nas conferências municipais. Informa que tem uma proposta encaminhada por vários membros da comissão organizadora, encabeçada por ele e a conselheira Rosália, para tirar o ofício de qualificação do delegado (a) usuário (a). Afirma que o trabalhador (a) tem que provar que é trabalhador (a), o gestor também tem que provar que é gestor, o problema é que, normalmente são estes que ocupam a vaga de usuário (a), sendo este prejudicado. **Conselheira Rosália** esclarece a fala dela em relação às conferências de meio período, ela tem plena consciência que foi um pacto foi uma aposta que o CES fez, mas faz uma análise, para que as próximas não sejam feitas assim, pois é preciso amadurecer uma decisão que o Conselho tomou. Informa que recebeu uma denúncia de Alto Paraíso, de que os gestores estão tomando vagas das pessoas trabalhadoras e que lá não havia usuários (as). **Presidente Walter** declara que é regimental, que qualquer pessoa que estiver irregular, de um segmento ocupando a vaga do outro, se tomarmos conhecimento e uma vez comprovada, a comissão organizadora tomará a decisão, envolvendo a Regional da Entorno Norte; afirma que averiguará isso. **Conselheiro Wilson** representante da CROO – Câmara Regional de Óptica, Optometria e Contatologia do Estado de Goiás cumprimenta e expõe uma dúvida sempre presente e a Gerente do CEREST falou sobre a amplitude, ele pergunta de que maneira prática essas conferências protegem ou levam algum benefício a esses trabalhadores, a exemplo do trabalhador que está representado no banner, que é um bombeiro e como a conferência atinge esses e outros trabalhadores. **Presidente Walter** explica que não é a conferência que leva o benefício e sim o resultado que é a construção da Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora. Lembra que a conferência do CMS de Goiânia, possui 7 (sete) distritos sanitários, onde se inicia a discussão de toda a conferência dos municípios e chega na etapa regional e distrital e não vê conselheiros (as) estaduais que são moradores do município participarem da conferência municipal. Pergunta quantos conselheiros (as) estaduais participaram de qualquer etapa da Conferência Municipal de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, sendo que 90% deles moram em Goiânia. Fala que não adianta dizer que é usuário (a) e não participar dos espaços de discussão de construção da política estadual e que o Plano Estadual de Saúde Mental foi discutido em uma conferência estadual e a Conferência de Gestão do Trabalho discutiu a situação do trabalhador (a) do SUS, porém diz que a que a 5ª CESTT não é assim, pois é para todos trabalhadores, para dona de casa, o preto, o LGBTQIA+, lembrando também dos desempregados e dos informais, perguntando qual é a política que existe para eles. Questiona também qual foi a última vez que discutiram saúde do trabalhador (a) no âmbito do Estado. Declara que a dificuldade nessa conferência em âmbito nacional, é porque ela era do ano passado. Relata que o COSEMS deixou bem claro que 70% dos Secretários municipais, não usam o SUS e 50% dos prefeitos eleitos não conhecem o SUS. **Encaminhamento:** retirar do segmento de usuários (as) a obrigatoriedade de apresentar o ofício que confirma sua representação dentro do seu segmento. Solicita que aqueles que concordam que nessa conferência, se retire o ofício que referenda as entidades para delegados (as) do segmento de usuários (as), que levantem os crachás. **Deliberação:** Votos a favor: Por contraste: Nenhum voto contrário; 2 abstenções. Aprovado. **ITEM 6:** Apresentação do Painel de Auditoria do SUS. **Vice-presidente Sérgio** fala da forma como a gestão está tratando os dados e as informações do Estado, com ações para promover o controle social, facilitando a relação com a sociedade, afim de que ela use esses dados como ferramenta, conhecendo-os e podendo até intervir. Ressalta que o CES também precisa conhecê-los, para executar o controle social. **Gerente de Auditoria do SUS Júlia Elisa** cumprimenta a todos (as) se apresenta informando que é do quadro da Controladoria Geral do Estado de Goiás, compondo também o quadro de Gerentes da SES e que são o componente Estadual do Sistema Nacional de Auditorias. Ressalta que os membros do CES, como mestres em legislação de SUS, conhecem o SNA e sabem que ele é tripartite, tendo auditores no Ministério da Saúde em todos os estados da federação, em Brasília e também o componente Estadual da SES, dizendo que cada um dos

535 246 municípios deve ter o seu componente municipal. Ressalta que dos 246 (duzentos e quarenta e seis)  
536 municípios de Goiás, apenas 7 (sete) são reconhecidos, que detém o componente municipal de auditoria  
537 formalizado. Segue para sua apresentação, mostrando um painel e comunica que todos receberão as  
538 informações para acesso posterior. O documento contido no painel será inserido a esta ata como  
539 complementaridade de sua fala. Informa que esse painel contém atividades do ano de 2023 até agora e já  
540 fizeram 242 entregas, desde então. Expõe que eles vão na unidade auditada, ou no município e  
541 encontram situações, com a normativa do SUS, que são classificadas como: em conformidade ou não  
542 conforme. Relata que esse painel foi sugestão do Dr. Sérgio Vêncio e foi feito com ajuda da SUTIS –  
543 Superintendência Tecnologia, Inovação e Saúde Digital da Secretaria de Estado de Saúde de Goiás, com  
544 dificuldade pois não possuem acesso ao SISAUD/SUS – Sistema de auditoria do SUS, então precisaram  
545 construir um banco de dados paralelo, com dados de auditoria do SUS, em uma planilha da rede interna  
546 da SES, sendo esse painel feito a partir disso. Mostra o resultado no painel e segue apresentando os  
547 dados. Relata que essa é uma ferramenta de gestão que pode ser muito útil para o CES, **Vice-presidente**  
548 **Sérgio** comenta que o link será colocado no grupo, para que todos conheçam e sirva de instrumento.  
549 **Conselheira Marília** observa que foi dito que o relatório conclusivo é encaminhado só para o órgão de  
550 direção, diz que como já foi objeto de reclamações, sendo noticiado que esse relatório já foi  
551 encaminhado para casas legislativas de determinados municípios, causando inúmeros constrangimentos.  
552 **Gerente Júlia Elisa** pede desculpas dizendo que se expressou mal e que sempre encaminha para a  
553 unidade auditada e também é orientada por uma Portaria do MS, à encaminhar para todos os órgãos de  
554 controle social interno e externo e portanto diz que deveria inclusive mandar para o Ministério Público.  
555 Esclarece que a situação citada pela conselheira Marília, foi sobre o RAG e esses relatórios precisam ser  
556 encaminhados para a Câmara de Vereadores do município. **Conselheira Marília** opina que  
557 determinados filtros são importantes, pois há pessoas que não entendem esses dados e os interpretam  
558 mal. Sugere que tenham cuidado na exposição indiscriminada desses dados. **Gerente Júlia Elisa**  
559 comunica que estão obedecendo a Lei de Acesso à Informação estadual, quando fazem essa publicação,  
560 inclusive sendo a criação deste painel é uma repetição, pois esses mesmos dados já são disponibilizados  
561 pelo Consulta Auditoria, que é um site do Ministério. Esclarece que, quando termina as auditorias, elas  
562 vão direto para o site do Ministério, onde os filtros são mais difíceis de manusear. Ressalta que a lei  
563 exige que, quando disponibiliza uma auditoria concluída, ela tem que ser publicada. **Conselheiro João**  
564 **Bernardino** cumprimenta a todos (as) e informa que está na coordenação da CIAMCMS, e achou muito  
565 importante a apresentação, para poder prosseguir verificando se nos lugares em que houve visitas dessa  
566 comissão, se o monitoramento está funcionando ou não. Salienta que essa ferramenta irá auxiliá-los  
567 muito. Expõe que recebeu uma denúncia de que em Pires do Rio os gestores estão ocupando o lugar dos  
568 trabalhadores. Comenta que o controle social tem que ser feito às claras. **Gerente de Governo Aberto**  
569 **Lívia Soares** cumprimenta a todos (as) e se apresenta dizendo que veio falar à respeito da LAI Lei de  
570 Acesso à Informação, que é uma lei federal e também uma Lei Estadual, que veio depois de dois anos  
571 para normatizar. Relata que hoje a LAI regulamenta o acesso às informações públicas e isso na  
572 transparência passiva, as informações já devem estar expostas em local de fácil acesso ao usuário (a),  
573 dizendo que a Lei 18.025 do estado veio normatizar isso. Destaca que a lei exige o mínimo de  
574 informações que estão estabelecidas como: estrutura organizacional, competências, endereços, telefones,  
575 registros de repasses, transparências, execução orçamentária financeira, licitações e contratos e a  
576 remuneração dos servidores. Comunica que a LAI afirma que o acesso à informação é direito  
577 fundamental e instrumento essencial para o controle social. Cita que o artigo 8. Projeta o Portal da SES,  
578 expondo-o a todos (as). Explica sobre a padronização que desde 2018/2019 há uma página e possuem  
579 boas práticas, a cada ano a saúde tem muito mais informações para divulgar, sendo a transparência ativa  
580 100%. Mostrando um tutorial de como acessar as principais informações e relata que atualmente no  
581 programa de compliance público, existem eixos e para cumprir todas as exigências e criaram uma  
582 metodologia de avaliação para seguir com todos os itens. Informa que as regras vem pelos Tribunais de



583 Contas do Brasil e outras organizações que ditam essas regras e o estado de Goiás, junto com Tribunal  
584 de contas, Controladoria Geral do Estado e agora com a Saúde, criam uma metodologia para poder  
585 cumprir. Segue mostrando os quadros existentes no portal, lendo os títulos apresentados. Menciona  
586 também da obrigatoriedade de publicações por parte dos Conselhos. Esclarece sobre a metodologia de  
587 atualização de informações das organizações sociais. Expõe que cada item desta página das OSs são  
588 acompanhados e quando não possuem as informações a equipe cobra das OSs. Fala que no acesso às  
589 informações das OSs e das OSCs, dizendo que tem uma página de prestações de contas e relatórios das  
590 ações dessas organizações. Declara que como foi dito anteriormente da obrigatoriedade de publicar as  
591 auditorias e as inspeções, tudo tem que ser transparente. Em relação aos repasses, foi montado um  
592 relatório de orçamento que contém: investimentos, repasses, glosas, sendo tudo dividido por mês,  
593 ressaltando que essas planilhas de informações financeiras serão melhoradas e no momento contém  
594 informações de monitoramento, obras, compras e patrimônio. Destaca que o estado de Goiás está em  
595 primeiro lugar na questão da transparência no âmbito nacional, cumprindo todos os critérios, sendo que  
596 a SES está na categoria diamante de cumprimento dos requisitos de transparência. **Vice-presidente**  
597 **Sérgio** salienta que além do obrigatório, tem também ações de boas práticas, que estão sendo  
598 organizadas para facilitar a consulta. Destaca que isso é muito importante para quem trabalha com o  
599 controle social, podendo até ser solicitada acréscimos de boas práticas. Parabeniza às Gerentes Júlia e  
600 Lívia. **Presidente Walter** agradece às Gerentes Júlia e Lívia e conta que através da auditoria feita pela  
601 SES, que notificou o Conselho e também a denúncia via auditoria do sistema, que foram identificadas as  
602 duas cidades, Portelândia, que foi bloqueado os recursos, devido ao Conselho ser falso. Destaca que de  
603 acordo com a Lei estadual 18.865, o Conselho com mal funcionamento, inconsistente, que não segue o  
604 regimento jurídico, quem intervém e o administra é o conselho Estadual. Solicita ao Vice-presidente  
605 Sérgio e à Gerente Júlia que quando identificarem irregularidades, que notifiquem o CES, que tomará  
606 providências. **Conselheira Christiane** cita os dados que são lançados pelas OSs e OSCs, perguntando  
607 quem fiscaliza in loco. **Vice-presidente Sérgio** responde que é feito pela Superintendência de  
608 Monitoramento dos Contratos de Gestão e Convênio, que publica os relatórios no site da transparência.  
609 **Conselheira Christiane** pergunta onde estão os relatórios, se a atualização é de acordo com o  
610 cronograma e solicita que os localizem no momento da reunião, se essa atualização é de acordo com o  
611 cronograma. **Gerente Lívia** explica que o monitoramento é feito pela SUPECC, e eles têm pontos todo  
612 mês para atualizarem as informações e o cronograma é de responsabilidade deles. **Conselheira**  
613 **Christiane** diz que precisamos fazer uma plenária toda só pra isso, para que os conselheiros (as)  
614 entendem como funciona isso. **Vice-presidente Sérgio** explica que ele mesmo falou que tinha  
615 informação que não havia, porém o controle social pode detectar e solicitá-la à SES. Ressalta que estão  
616 sendo fornecidas as ferramentas e instrumentos, para o CES olhar e agir. **Conselheira Christiane**  
617 pontua que a transparência em fiscalização em qualquer documento, tem que apresentar dados  
618 concretos, tendo que apresentar da entrada e saída de qualquer valor. Salienta que não é o papel do  
619 controle social, ficar acessando e olhando, pois isso é papel da gestão da Secretaria. **Vice-presidente**  
620 **Sérgio** informa que em 2023, a obrigatoriedade do índice médio de transparência de divulgação legal  
621 era de 55%, e atualmente estão chegando a um índice de 93% de divulgação dos itens que é obrigação  
622 do Estado divulgar; salienta que o objetivo é alcançar 100%. **Presidente Walter** informa que marcarão  
623 uma plenária pra discutir esse assunto. Destaca que não há quórum no momento, portanto precisa  
624 encerrar a plenária. Agradece a participação das Gerentes Lívia e Júlia. Expõe que resolveu abrir uma  
625 sala no CES, que tem bastante material disponível e foi colocado à disposição, tanto no hall de entrada  
626 do CES, como na entrada do auditório, um material de publicação do CNS e do Ministério da Saúde  
627 tendo inclusive o relatório final da 10ª Conferência Nacional de Saúde, ressaltando que estão levando  
628 para as conferências. Declara encerrada a Quinta Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Saúde de  
629 Goiás às 13h07 (treze horas e sete minutos), em que estiveram presentes os (as) seguintes  
630 Conselheiros(as): **SEGMENTO GESTOR: TITULARES: Marcos Vinícius Milki – GADJ/SES –**

631 Gabinete do Secretário Adjunto; **Raimundo Tiago de Lima Pires** – GEPI/SES – Gerência de  
632 Planejamento Institucional – SES; **Sérgio Gomes de Carvalho** – SUPGAPC/SES – Superintendência  
633 de Governo Aberto e Participação Cidadã; **Marília Claudia Carvalhais Teixeira** – COSEMS/GO –  
634 Conselho de Secretarias Municipais de Saúde do Estado de Goiás e **Rosália Pereira Matos** –  
635 SEMS/GO – Superintendência Estadual do Ministério da Saúde em Goiás. SUPLENTE: **Joyce de**  
636 **Almeida Silva Newman** – SPAIS/SES – Superintendência de Políticas e Atenção Integral à Saúde.  
637 **SEGMENTO PRESTADOR: TITULARES: Mariângela Dias Ribeiro** – ACCG – Associação de  
638 Combate ao Câncer em Goiás; **Tais Pires Terra Araújo** – APAE Anápolis – Associação de Pais e  
639 Amigos dos Excepcionais de Anápolis; **Rosa Irlene Maria Serafim** – NPQ – Núcleo de Proteção aos  
640 Queimados, Assistência e Proteção ao Sobrevivente a Queimaduras e **Christiane Maria do Valle**  
641 **Santos** – SINDILABS – Sindicato dos Laboratórios de Análises e Bancos de Sangue do Estado de  
642 Goiás. SUPLENTE: **Leonora Rezende Pacheco** – UFG – Universidade Federal de Goiás e **Leticia**  
643 **Tonini Pinheiro da Silveira** – FUBOG – Fundação Banco de Olhos de Goiás. **SEGMENTO**  
644 **TRABALHADOR: TITULARES: Marta Maria Neto Silva** – ABRATO – Associação Brasileira dos  
645 Terapeutas Ocupacionais de Goiás; **Fabício Alencar de Camargo** – CRBio-04 – Conselho Regional  
646 de Biologia 4ª Região; **Rodrigo Carvalho do Rego Barros** – CRP – Conselho Regional de Psicologia  
647 9ª Regional; **Dionne Hallyson Silva de Siqueira** – SIEG – Sindicato dos Enfermeiros do Estado de  
648 Goiás; **Luzinéia Vieira dos Santos** – SINDSAÚDE – Sindicato dos Trabalhadores do Sistema Único de  
649 Saúde no Estado de Goiás; **Maria de Fatima Veloso Cunha** – SINTASB – Sindicato das(os)  
650 Técnicas(os) e Auxiliares em Saúde Bucal do Estado de Goiás; **Heloiza Helena Mendonça Almeida**  
651 **Massanaro** – SINTFESP/GO-TO – Sindicato dos Trabalhadores Federais em Saúde e Previdência nos  
652 Estados de Goiás e Tocantins e **João Bernardino Gonçalves Neto** – SINTSEP – Sindicato dos  
653 Trabalhadores no Serviço Público Federal no Estado de Goiás. SUPLENTE: **Meillyne Alves dos Reis**  
654 – ABEn – Associação Brasileira de Enfermagem Seção Goiás e **Sueli Almeida Neves Sousa** – CRESS  
655 – Conselho Regional de Serviço Social 19ª Região. **SEGMENTO USUÁRIO: TITULARES: Severino**  
656 **Soares da Silva** – AAz-GO – Associação de Alzheimer e Doenças Similares de Goiás; **Janaína**  
657 **Mathias Guilherme Soares** – ABRALÉ – Associação Brasileira de Linfoma e Leucemia; **Elizabeth**  
658 **Mendes Ramos** – AOG – Associação dos Ostomizados de Goiás; **Lúcia Darek Graciana Pereira** –  
659 ASMOP – Associação por Moradia Popular de Goiás; **Walter da Silva Monteiro** – CMP – Central de  
660 Movimentos Populares de Goiás; **Nery Mesquita Júnior** – GLEG – Grande Loja Maçônica do Estado  
661 de Goiás; **Neiton Pedro Chaves** – Instituto Cerrado Nativo; **Lorrany Kettilyn Almeida de Jesus**  
662 **Fernandes** – Instituto Projeto Rondon; **Glauciene Maia de Almeida Praxedes** – Pastoral Carcerária da  
663 Arquidiocese de Goiânia; **Genésio Carlos Zaffalon** – SINPRO – Sindicato dos Professores do Estado  
664 de Goiás; **Dayse Mary da Silva** – SINT-IFESGO – Sindicato dos Trabalhadores Técnico-  
665 Administrativos em Educação das Instituições Federais de Ensino Superior do Estado de Goiás e  
666 **Roberto da Silva Ribeiro** – STIUEG – Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Estado  
667 de Goiás. SUPLENTE: **Wilson Cardoso Pires** – CROO – Câmara Regional de Óptica, Optometria e  
668 Contatologia do Estado de Goiás e **Gerinaldo Teodoro de Assunção** – GRUPAGO – Grupo de  
668 Pacientes Artríticos de Goiás. Dando por encerrada a reunião, da qual, Míriam Regina Dias Oliveira,  
669 Apoio Administrativo redigiu e lavrou esta ata, posteriormente firmada e assinada pelos membros  
670 presentes da Mesa Diretora, representado na(s) pessoa(s) do(a)s senhor(a)s Presidente Walter da Silva  
671 Monteiro e Primeiro Secretário Neiton Pedro Chaves  
672 cujos poderes foram outorgados pela publicação da Resolução CES/GO nº  
673 32/2025 do dia 02 de janeiro de 2025.